

contas este ano?

US\$ 2 bi. Mas Galvêas e Pastore garantem que fecharão as contas.

DÍVIDA EXTERNA

O governo não fecha as

É o que dizem fontes do Banco Central: o governo vai empurrar para janeiro débitos superiores a

O governo não deverá conseguir fechar o balanço de pagamentos este ano, empurrando para janeiro débitos em montante superior a US\$ 2 bilhões. A informação foi dada por fontes do Banco Central ontem em Brasília, um dia depois de o presidente João Figueiredo ter aumentado, por decreto, a capacidade de endividamento do País, na tentativa de evitar mais um malogro da política econômica, com conseqüências ainda imprevisíveis para o crédito do País junto aos banqueiros.

Apesar das habituais declarações otimistas do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e do presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, de que o empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões "está fechando", técnicos do próprio governo admitiam que até a antecipação de US\$ 3 bilhões, prometida pelos banqueiros até 31 de dezembro, só sairá por volta de 16 de janeiro, se sair.

Na falta de empréstimos-ponte, cujo valor teria de ser pelo menos US\$ 3 bilhões, e mesmo que a contratação do jumbo seja assinada nos dias 29 ou 30, as fontes dizem que não haveria tempo para fechar as contas externas. Em razão das dificuldades, funcionários do Banco Central e representantes dos bancos credores ficaram impedidos de tirar folga nas festas de fim de ano.

Juros vencidos

De seu lado, o Banco Central determinou o pagamento dos juros vencidos antes de 23 de novembro; débitos com mais de 90 dias de atraso colocariam o País em situação de inadimplência, já que seriam transferidos, nos balanços dos bancos credores, para "créditos em liquidação", sujeitando o Brasil a sanções previstas na legislação bancária dos Estados Unidos.

Para reduzir o volume de juros em atraso, o Banco Central utilizou a sobra líquida dos US\$ 1,8 bilhão liberados na última segunda-feira pelos bancos internacionais participantes do jumbo de US\$ 4,4 bilhões contratado em fevereiro último. Ontem, a Siderbrás assinou contratos em Nova York no total de US\$ 508 milhões, liberados por um consórcio de bancos, para a Companhia Siderúrgica de Tubarão. De acordo com fonte do setor financeiro, estes contratos resultarão no ingresso líquido de cerca de US\$ 100 milhões em moeda.

Diante da situação de aperto, o Banco Central não deverá revogar a centralização do câmbio até 31 de dezembro, como prometia.

Até o início da noite de ontem, o comitê de assessoramento da renegociação da dívida externa, presidido por William Rhodes, vice-presidente do Citibank, não examinara a possibilidade de manter ou não o cronograma de desembolso da antecipação do jumbo ainda este ano, mas os técnicos do Banco Central já manifestavam a estimativa de que a liberação será mesmo adiada para janeiro.

Como indicio do adiamento, os economistas do comitê de assessoramento, Douglas Smee, do Banco de Montreal, e Hans Grimm, da União de Bancos Suíços, continuaram a trabalhar com os técnicos do Departamento Econômico do Banco Central na reformulação total do programa de "ajuste interno e externo", apresentado por Af-



fonso Celso Pastore aos credores externos, em seu giro ao mundo de outubro. O novo programa de ajuste deverá estar pronto até o dia 10 de janeiro, após a conclusão dos trabalhos de reformulação até segunda-feira próxima, quando Smee e Grimm deverão deixar o Brasil para entregar relatório a Rhodes.

Caso se confirme o não-fechamento das contas externas, este será talvez o maior fracasso da política econômica do ministro Delfim Neto, que colocou o equilíbrio externo como prioridade absoluta, mesmo à custa de três anos consecutivos de recessão, e da maior taxa inflacionária da história do País.

Na quarta-feira, o presidente Figueiredo fez mais uma concessão aos banqueiros, na aparente tentativa de evitar este desfecho, ampliando, por decreto, a capacidade de endividamento externo.

Pelo Decreto-Lei nº 2.070, que modifica o Decreto-Lei nº 1.312, de fevereiro de 1974, o Tesouro Nacional passa a avalizar os empréstimos destinados a rolar a dívida de Estados, municípios e empresas estatais. Até agora, o Tesouro só garantia empréstimos destinados a investimentos.

No entanto, o que existia era uma prática bastante antiga de falseamento de informações: o Executivo solicitava ao Senado a aprovação de empréstimos como se fossem destinados a investimentos, quando na verdade o dinheiro era usado para rolar a dívida. Segundo fonte da Fazenda, com o decreto o presidente Figueiredo legalizou o procedimento antes irregular, atendendo a exigência dos banqueiros internacionais. Há muito tempo que o País não consegue créditos para investimento, a não ser de agências oficiais, como o Banco Mundial.

No fechamento do empréstimo-jumbo de US\$ 4,4 bilhões para este ano, o governo tentou assegurar esse montante apenas para as estatais. Os credores não aceitaram e o Banco Central foi obrigado a mudar o contrato. Outra exigência que permanecerá no jumbo de US\$ 6,5 bilhões: os credores é que indicarão as empresas, públicas ou privadas, que responderão pela nova dívida, ficando o Banco Central como mero intermediário. Como se sabe, o jumbo não representa uma entrada efetiva de dinheiro, mas apenas uma operação contábil pela qual os bancos emprestam para receberem débitos em atraso.

O novo decreto de Figueiredo também parece ser mais um indicio de que a atual política será mantida, apesar de só contribuir para agravar a situação: o País continua pagando, só de juros, mais do que tudo que exporta anualmente.

O Decreto-Lei nº 1.312 fixava o limite de endividamento externo das estatais em 30% da média das exportações nos últimos três anos. Em conseqüência da atual política, esse limite já havia sido atingido. No entanto, essa mesma política exige que as estatais continuem tomando empréstimos, e, portanto, aumentando suas dívidas, para rolar essas mesmas dívidas.

Moratória dementida

Por sua vez, o presidente do Banco Central classificou como infundada a informação, atribuída a uma alta fonte da área financeira, de que o governo estaria estudando a declaração da moratória interna, em virtude do elevado valor da dívida pública.

— Trata-se de uma idéia que ciclicamente vai e volta e que é sempre atribuída a fontes do governo, quando não existe ninguém dentro do governo trabalhando nesse tipo de hipótese. Eu desminto esse tipo de informação, porque não existe nada disso. Acredito até que é mais uma exploração de quem no fundo está tentando encontrar algumas idéias a respeito de como solucionar o problema, concluiu Pastore.